

Essa feira ganha importância porque a reforma agrária está sob ataque novamente. Quer dizer, ela nunca deixou de sofrer ataques nesses anos todos do Brasil, mas agora, ultimamente, também há uma oposição muito grande, um medo de que o governo popular, o governo do Lula, volte a assentar famílias em áreas improdutivas, em áreas devolutas.

Então, é importante a gente defender esse lado da reforma agrária. Muitas vezes, a televisão mostra um lado que se apresenta violenta, que são as ocupações, às vezes as desocupações, as reintegrações de posse.

Mas a reforma agrária permitiu aqui no Brasil as lutas mais recentes nesses últimos 40 anos, que mais de 400 mil famílias fossem assentadas, tivessem acesso à terra, pudessem trabalhar, criar os filhos, ter dignidade e contribuir com o povo brasileiro, produzindo alimentos sem venenos, através da agroecologia, através de processos sem o uso de agrotóxicos. Então, é uma coisa muito boa. Produção orgânica.

Então, quero, mais uma vez, saudar o MST, que ano que vem vai fazer 40 anos, por essa feira maravilhosa que eu reforço e convido a todos. Deputada Monica estava aqui se referindo à data de amanhã, 13 de maio, que é uma data em que foi oficialmente abolida a escravidão, com aquela lei chamada Lei Áurea.

Mas é uma lei que deixou um problema para trás. Ela passou pano em cima de 400 anos de uma das maiores injustiças da humanidade, a escravidão africana, que trouxe para o Brasil 6 milhões de pessoas, seres humanos escravizados. Uma grande parte disso, Monica, 2 milhões morreram entre o processo de escravização na África, a travessia e a chegada aqui.

Se não fosse esse trabalho, embora cruel, desumano, que a gente tem repulsa, mas que o Brasil, a Nação que hoje nós dizemos que amamos e amamos... Se não fosse o trabalho escravo, não seria isso hoje. Mas a população negra foi jogada na rua.

O certo era, aboliu a escravidão, vamos assentar os trabalhadores que trabalhavam naquela época - o Brasil era rural. Então, tinha que ter sido feita a reforma agrária ali, mas, não, expulsaram essas pessoas.

Eu falo isso com toda tranquilidade. Eu sou neto de italianos, imigrantes, que vieram para cá substituir a mão de obra escrava nos cafezais. Mas é uma data que a gente tem que fazer essa reflexão. O Brasil precisa da reforma agrária para fazer uma reparação à população negra.

Eu vejo no MST, Monica, as principais lideranças, como o João Paulo, a Deth, tantas... São negros. São mulheres negras, são homens negros que lutam até hoje por um pedacinho de terra, e sofrem uma oposição violenta, terrível por conta disso.

Então, saudar, mais uma vez, essa feira. Saudar a luta do MST. Saudar a luta pela reforma agrária. A reforma agrária é um direito que está na Constituição brasileira. Nós não falamos em revolução agrária. Falamos em reforma agrária para que as pessoas tenham o direito de trabalhar, produzir, ter acesso à terra e ajudar o Brasil.

Setenta por cento dos alimentos que nós comemos na nossa mesa - a nossa comida -, eu digo dos brasileiros, vem da pequena agricultura, da agricultura familiar. Então, isso é muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço a suspensão dos nossos trabalhos por até dez minutos, para a gente fazer a justa homenagem ao dia das policiais aqui no nosso Estado. Dia das policiais femininas.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Não vai ser... Das policiais femininas. Deputado Simão Pedro, nós vamos dar o encerramento ao Pequeno Expediente, aí o deputado Guilherme fala pelo Art. 82, e a gente passa para a homenagem às policiais femininas.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Vossa Excelência é quem está no comando da Assembleia hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Então, está encerrado o Pequeno Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Presidente Reis, queria solicitar, pelo Art. 82, o uso da tribuna pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido. Vossa Excelência tem cinco minutos para tal.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - PELO ART. 82 - Presidente, volto nesta tribuna, e não quero usar muito tempo para não atrapalhar a homenagem às policiais que estão aqui. Saudar todas elas.

Quero falar, rapidamente, de três temas. O primeiro é que hoje nós estamos recebendo aqui, por iniciativa do meu mandato, os trabalhadores da Avibras, da região do Vale do Paraíba.

A Avibras é a maior fábrica de equipamentos bélicos do País, que já está há alguns anos sofrendo uma crise econômica e financeira muito grave. Já teve decretada a sua recuperação judicial.

Os trabalhadores da Avibras já estão há alguns meses sem receber, em condições de muita insegurança, e precária. E se tem levantado uma discussão sobre a venda do capital de uma indústria de material bélico para empresas estrangeiras.

A gente queria que a indústria bélica não precisasse sequer existir. Eu acho que a sociedade seria muito melhor assim. Mas eu acho preocupante a gente pensar, além da insegurança desses trabalhadores, que estão há alguns meses sem receber os seus salários, em condições muito precárias, sem conseguir estruturar a sua vida, além de tudo, a gente pensar uma indústria, de um material tão estratégico no nosso País, ser vendida para o capital estrangeiro.

É um atentado contra a soberania nacional. Por isso, a gente está recebendo aqui hoje os trabalhadores da Avibras. E estamos nos somando na mobilização deles, pelo pagamento dos salários atrasados, pela manutenção da empresa, e pela proibição de que uma empresa de material bélico seja vendida para o capital estrangeiro, o que seria uma afronta grave à nossa soberania nacional.

E quero falar sobre duas outras questões importantes para os servidores públicos. Primeiro, que a gente tem recebido muitas denúncias, dos metroviários do estado de São Paulo. A gente é muito próximo da categoria dos metroviários.

Acompanhamos de perto a mobilização que a categoria fez, na nossa primeira quinzena de mandato, naquela greve que eles protagonizaram pelos seus direitos, pelo pagamento adequado dos seus salários. O novo diretor do Metrô, indicado pelo governo Tarcísio, ele assumiu recentemente, dizendo que ele ia tomar várias medidas contra a greve, ele disse.

Eu acho que greve é um direito constitucional. Está assegurada pela Constituição, é um direito dos trabalhadores, e uma necessidade quando os trabalhadores sentem que não conseguem negociar e garantir os seus direitos de outra maneira.

Então eu não sei por que ele tem essa preocupação, sendo que a greve está no texto da Constituição. Mas, o mais preocupante ainda é que, entre essas medidas sugeridas pelo dirigente do Metrô, está sugerida a ampliação do plano de contingência da empresa.

Como que eles estão fazendo isso? Eles estão dando treinamento precário, para trabalhadores de outros setores supostamente estarem habilitados para pilotar os vagões, os trens. Isso é muito grave.

A gente tem denúncias de que um treinamento, que antes era de quatro meses, eles estão oferecendo esse treinamento por 20 dias. Colocam em risco os próprios trabalhadores, colocam em risco a população que utiliza o metrô e o transporte público aqui no estado de São Paulo.

É uma medida anti-sindical, e mais uma maneira de você precarizar o serviço público, e colocar em risco a situação da população que é usuária do sistema de transporte sobre trilhos aqui em São Paulo.

Portanto, o nosso mandato vai tomar as providências, vai pedir as explicações devidas, para o governo de São Paulo e para a Direção do Metrô, sobre essas políticas anti-sindicais, e que também colocam em risco a segurança dos usuários e dos trabalhadores do Metrô.

Por último, eu tive um dos processos políticos mais importantes da minha vida, quando eu ainda era estudante secunda-

rista, que foram as ocupações de escolas que aconteceram aqui em São Paulo. Na época, eu estava no 3º ano do ensino médio.

O governo de São Paulo, na época, anunciou um projeto com nome bonito, que era a reorganização da rede estadual de ensino. Mas consistia basicamente em você fechar turnos escolares, você fechar salas de aula, você mudar estudantes de um bairro para o outro. E mais de 200 escolas do estado de São Paulo foram ocupadas pelos estudantes.

Foi o processo mais bonito que eu vivi na minha vida, porque, enquanto se tentava criminalizar os estudantes, dizendo que eles estavam fazendo baderna, atrapalhando as atividades, na verdade os estudantes revitalizaram as suas escolas, e esvaziou esse discurso. Porque você via que os estudantes estavam ocupando a sua escola pelo direito de estudar.

Não tem nada mais justo do que isso. Trago esse fato porque a gente tem recebido também o relato de que o atual governo de São Paulo, do governador Tarcísio, que recém assumiu, está tentando implantar uma reorganização velada, anunciando o fechamento de 300 salas de aula no estado de São Paulo.

Eu acho que isso é uma péssima medida, de começo de mandato, fechar escolas. Isso só causa superlotação ainda maior das salas de aula aqui do estado de São Paulo. Que a grande maioria não cumpre a lei sobre o máximo de alunos que você deve ter em sala de aula.

É uma forma de você tornar o trabalho dos professores ainda mais desgastante, ainda mais precário, e é um desrespeito, uma afronta ao direito à escola pública, à educação, à escola.

Portanto, o governador Tarcísio, que não conhece o estado de São Paulo e não deve conhecer a história das ocupações de escola de 2015, que ele fique avisado que eu tenho absoluta certeza de que, se ele seguir com esse projeto de fechar escolas, fechar turnos escolares e reorganizar a rede de ensino sem dialogar com a comunidade das nossas escolas, ele vai conhecer muito bem a força e a potência do movimento estudantil, dos estudantes secundaristas aqui de São Paulo.

Então quero manifestar também toda a nossa contrariedade a essa medida absurda de tentar empurrar goela abaixo de professores, servidores, estudantes e pais de alunos da Rede Estadual de Ensino aqui de São Paulo, que nos últimos anos conviveram com o medo por conta das ameaças de atentado...

É completamente lamentável que a saída que o governo apresenta para a situação da Educação do estado de São Paulo seja fechar mais salas de aula e abarrotar as que manter.

Então muito obrigado.

Desejo um ótimo fim de semana a todos.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Presidente, quero solicitar o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de V. Exa., mas, antes de fazer o levantamento, nós vamos fazer uma homenagem às policiais femininas que estão aqui presentes.

Vou pedir para que elas se posicionem aqui à frente e dizer da importância do policiamento feminino para o estado de São Paulo. Eu me lembro muito bem do Batalhão de Polícia feminina que nós tínhamos no passado.

Hoje nós temos a presença da polícia feminina em todos os setores da Polícia Militar: no quadro, na Infantaria, no Copom, na administração.

Então parabéns a todas as policiais femininas. Parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem, pela luta de vocês, porque a gente sabe da dupla jornada que a mulher tem: cumpre o horário aqui, chega em casa e cumpre um novo horário, cuidando dos filhos, do marido, da casa.

Então é muito honroso para a gente saber da importância que têm as policiais femininas para a história do nosso Estado, para o trabalho do nosso Estado e para a dignidade do nosso povo. Parabéns. (Palmas.)

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

Tenham todos e todas uma boa tarde.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 8 minutos.

15 DE MAIO DE 2023 39ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: VINICIUS CAMARINHA, GIL DINIZ, AGENTE FEDERAL DANILO BALAS e LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - VINICIUS CAMARINHA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - GUILHERME CORTEZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

4 - PRESIDENTE VINICIUS CAMARINHA

Endossa o pronunciamento do deputado Guilherme Cortez e presta homenagem ao Dia do Assistente Social.

5 - PAULO FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - THAINARA FARIA

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - GIL DINIZ

Assume a Presidência.

12 - VINICIUS CAMARINHA

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - PRESIDENTE GIL DINIZ

Parabeniza o deputado Conte Lopes pelo seu aniversário.

14 - CONTE LOPEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Assume a Presidência.

16 - VINICIUS CAMARINHA

Para comunicação, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

17 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pelos deputados Delegado Olim e Eduardo Suplicy).

18 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

19 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

20 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

21 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Assume a Presidência.

22 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

23 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

24 - PRESIDENTE LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 16/05, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Vinicius Camarinha.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - VINICIUS CAMARINHA - PSDB - Presente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presi-



Prodesp